

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Desde o início do ano várias regiões francesas (Pays de la Loire, Hauts-de-France, Normandie, Auvergne-Rhône-Alpes e Ile-de-France) tomaram a decisão de impor a obrigatoriedade de conhecimento da língua francesa para todos os trabalhadores do setor das obras públicas. Para as autoridades locais francesas esta decisão é justificada pela necessidade de facilitar a comunicação entre os diversos intervenientes para melhorar a segurança e execução de tarefas.

Esta medida apelidada de “Cláusula Molière” foi adoptada pela primeira vez em Angoulême, em 2016 e desde então tem sido alvo de críticas de diversos setores políticos franceses que a acusam de ser ilegal, inaplicável e também contrária ao trabalho em destacamento.

São também muitas, as opiniões que consideram que esta medida pode colocar em causa o cumprimento das regras, nomeadamente no que diz respeito à livre circulação de trabalhadores no espaço europeu, e são também bastantes as dúvidas que são levantadas face à discriminação imposta através da obrigatoriedade de conhecimento da língua francesa.

Ao mesmo tempo, esta medida pode, contribuir para limitar o acesso de empresas estrangeiras, nomeadamente portuguesas, a vários concursos públicos em França e pode mesmo vir a prejudicar as empresas de portugueses de França que recorrem ao recrutamento de trabalhadores e técnicos qualificados em Portugal.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis venho, através do Presidente da Assembleia da República, solicitar que o Ministro dos Negócios Estrangeiros responda à seguinte pergunta:

1. Está o Governo a acompanhar esta situação que pode limitar o acesso das empresas portuguesas a concursos públicos em França e, ao mesmo tempo, vir também a prejudicar as empresas de portugueses de França que recorrem ao recrutamento de trabalhadores e técnicos qualificados em Portugal?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 22 de Março de 2017

Deputado(a)s

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

JOSÉ CESÁRIO(PSD)